

É preciso limpar a administração pública

GAZETA MERCANTIL

16 JUN 1993

Herbert Levy*

Mais do que um plano de emergência para acabar com o déficit público e a inflação, o pacote de medidas apresentado pelo ministro da Fazenda e referendado pelo presidente da República significa uma verdadeira racionalização e moralização da administração pública no País.

Só o fato de se imporem normas moralizadoras e de bom senso às administrações estaduais e municipais, acabando com a irresponsabilidade no uso dos bancos estaduais, é um passo de importância capital para pôr este país nos eixos.

Indiscutivelmente o governo do presidente Itamar Franco, apesar de suas marchas e contramarchas, tem uma qualidade essencial para formular essa benéfica revolução na-



cional: sua integridade, que lhe dá a necessária autoridade moral para pedir decência e bom senso aos administradores estaduais e municipais, podendo mesmo influir, até certo ponto, no Congresso, impondo limites ao eleitoralismo.

Lamentavelmente, os governos que a Nação tem tido careceram de autoridade para promover essa patriótica revolução. Lembro-me de um fato, que já denunciei há anos, que ocorreu no governo Sarney. Este assinou um decreto, em maio de 1986, permitindo a contratação, com salários de mercado, muito acima dos do funcionalismo público, de técnicos especializados. Por exemplo, controladores de voo nos aeroportos. Em sessenta dias o decreto foi suspenso, depois de nomeados mais de 10 mil "funcionários especializados", na sua quase totalidade datilógrafos, secretárias e até motoristas!

O presidente Sarney tal-

vez não tivesse responsabilidade direta em todo esse descalabro, mas não soube fazer a seleção de ministros que Itamar faz, pois o responsável direto era Aloysio Alves, seu ministro da Administração, cujo uso do cachimbo no Rio Grande do Norte, que governou, deixou-lhe a boca torta.

Com uma revolução administrativa desse porte, conduzida com a inflexibilidade que prometem o presidente Itamar e o ministro Cardoso, estaremos marchando para fora do Terceiro Mundo. As medidas correspondem, além do seu aspecto formal, a uma verdadeira reforma moral, submetendo os administradores públicos de todos os níveis a novos padrões de ética, capazes de gerar resultados surpreendentes.

Continuo acreditando que o binômio inflação e recessão reclama medidas adicionais. Eu mesmo lembrei ao ministro Fernando Henrique Cardoso providências que havia levado ao presidente Itamar Fran-

co, por ele aceitas com entusiasmo para, no dia seguinte, refugá-las. Lembrei o exemplo da incipiente democracia espanhola, ameaçada com a volta do franquismo, porque a inflação chegara a 38% ao ano — inaceitável para os padrões europeus — e a recessão e o desemprego campeavam. Reuniram-se então os líderes comunistas aos conservadores e aos representantes do governo espanhol, todos cederam um pouco em matéria de preços, salários e tarifas de serviços públicos e assinaram o Pacto de Moncloa. A Espanha superou a crise e passou a ostentar um desenvolvimento econômico que a aproxima cada vez mais dos países da Europa Ocidental.

Por iniciativa do presidente da Gazeta Mercantil, Luiz Fernando Ferreira Levy, os responsáveis por esse pacto vieram ao Brasil, sob o patrocínio do jornal e, em mesa-redonda, explicaram os entendimentos que levaram ao Pacto.

Como consequência, Márcio Amato, então presidente da Federação das Indústrias, e Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical, ambos líderes respeitados em suas áreas de ação, reuniram-se e propuseram um início de pacto: os preços e salários seriam reajustados pela inflação apurada no mês *menos dez por cento*. Seria o fim da inflação, sem recessão.

Apelei ao governo Collor para que agarrasse com as duas mãos essa sugestão inicial, mas ele preferiu ignorá-la. Expus isso pessoalmente, há pouco tempo, ao ministro Fernando Henrique Cardoso, prometendo ajudá-lo com um trabalho de formiga e anônimo, sem qualquer cargo. Francamente, é o que falta, para tornar completa a recuperação nacional, levando o Brasil ao lugar que ele merece, no Primeiro Mundo.

* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.